

RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E NOVOS OBJETIVOS

RESULTS OF THE PUBLIC CONSULTATION OF THE
NATIONAL CURRICULAR COMMON BASE: LEARNING
OBJECTIVES AND NEW OBJECTIVES

Luiz Honorato da Silva Júnior¹

José Angelo Belloni²

Claudete Ruas³

Alan Ricardo da Silva⁴

Thèrese Hofmann Gatti Rodrigues da Costa⁵

RESUMO: É indiscutível a importância da educação básica para o desenvolvimento do Brasil. É sabido também que para se alcançar tais objetivos é importante discutir conteúdos e padrões curriculares nacionais. Deve-se estabelecer, como sociedade, o conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais que deveriam ser aprendidos nas diversas etapas da escolarização básica. Com base nisso, a Base Nacional Curricular Comum - BNCC se propõe a ser um descritivo de conteúdos e saberes necessários para cada ano e segmento da Educação Básica brasileira. Com a finalidade de ouvir os diversos segmentos da sociedade brasileira, esteve aberta, no período entre setembro de 2015 a março de 2016, uma consulta pública com a finalidade de que a população se manifestasse sobre uma proposta inicial da BNCC. O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir os resultados da Consulta Pública da Base Nacional Curricular Comum, com relação aos Objetivos de Aprendizagem e Novos Objetivos. O que se viu foi que a consulta pública da BNCC revelou uma impressionante participação social. Os números mostram uma intensa concordância com as proposições apresentadas na primeira versão da BNCC. Os percentuais médios de concordâncias aos documentos giram em torno dos 95% de concordância, tanto para os Objetivos de Aprendizagem quanto para os Novos Objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC, Educação Básica, Objetivos de Aprendizagem, Novos Objetivos, Brasil.

ABSTRACT: It is undeniable the importance of basic education for the development of Brazil. It is also known that to achieve these goals is important to discuss content and national curriculum standards. It should be established as a society, the set of essential knowledge and skills that should be learned in the various stages of basic education. On this basis, the National Curriculum Common Base - BNCC intended to be a descriptive content and knowledge required for each year and segment of the Brazilian Basic Education. In order to listen to the various segments of Brazilian society, was open in the period from September 2015 to March 2016, a public consultation in order that the population be made manifest on an initial proposal BNCC. The aim of this paper is to present and discuss the results of the Public Consultation of the National Curriculum Common Base, in relation to the Learning Goals and Objectives New. What we saw was that the public consultation BNCC revealed an impressive social participation. The figures show a strong agreement with

1
Professor do PPGP/EUP/UNB
Colaborador do DATAUNB

2
Professor do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília
Diretor do DATAUNB

3
Professora do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília
Colaboradora do DATAUNB

4
Professor do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília
Colaborador do DATAUNB

5
Professora do Departamento de Artes Visuais da Universidade de Brasília
Decana de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília

the proposals presented in the first version of BNCC. The average percentage of concordances to documents revolve around the 95% agreement for both the Learning Objectives and for the New Goals.

KEYWORDS: National Common Curriculum Base, Basic Education, Learning Objectives, New Goals, Brazil.

INTRODUÇÃO

É indiscutível a importância da educação básica para o desenvolvimento do Brasil. É sabido também que para se alcançar tais objetivos é importante discutir conteúdos e padrões curriculares nacionais. Deve-se estabelecer, como sociedade, o conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais que deveriam ser aprendidos nas diversas etapas da escolarização básica. Com base nisso, a Base Nacional Curricular Comum - BNCC se propõe a ser um descritivo de conteúdos e saberes necessários para cada ano e segmento da Educação Básica brasileira.

Neste sentido, muito se pergunta sobre o que os estudantes deveriam aprender em cada ciclo de sua formação. No Brasil a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) determinam a criação de uma Base Nacional Comum da Educação. Entretanto, até o ano de 2015, não havia um documento que definisse o que devia ser ensinado nesses ciclos.

A chamada Base Nacional Comum da Educação estava prevista tanto no artigo 210 da Constituição Federal, que determina que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”, assim como, no artigo 26 da LDB, que diz que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar” (Brasil, 1996).

Com base na determinação legal e na percepção da necessidade desse estabelecimento curricular nacional, iniciou-se efetivamente, a partir de setembro 2015 uma consulta pública com a finalidade de se criar a Base Nacional Curricular Comum – BNCC.

A BNCC se propõe a ser um descritivo de conteúdos e saberes necessários para cada ano e segmento da Educação Básica brasileira. Prevista no Plano Nacional da Educação - PNE, a BNCC é um esforço no sentido de se definir o que deve ser ensinado nas escolas brasileiras, partindo do pressuposto: quais são as competências e habilidades que um estudante brasileiro deve ter para estar devidamente inserido no novo século? E, ainda, quais são as competências que as escolas – públicas ou privadas – tem a obrigação de garantir como um pré-requisito para a cidadania plena?

Com a finalidade de ouvir os diversos segmentos da sociedade brasileira, esteve aberta, no período entre setembro de 2015 a março

de 2016, uma consulta pública com a finalidade de que a população se manifestasse sobre uma proposta inicial da BNCC.

Terminada a apuração dos resultados da consulta pública, insta-se perguntar, qual foi a aderência social as propostas contidas naquela primeira versão? Como a sociedade brasileira se manifestou em relação àquela primeira proposta?

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir os resultados da Consulta Pública da Base Nacional Curricular Comum em relação aos Objetivos de Aprendizagem (OA) e Novos Objetivos (NO). Como se deu a participação popular quando instigada a participar da construção deste importante documento nacional? Como o conjunto da sociedade civil opinou em relação à proposição inicial feita por especialistas em educação? Qual o padrão de concordância *versus* discordância aos Objetivos apresentados? Com esta discussão, pretende-se ampliar a percepção a respeito do padrão de adesão a primeira versão deste importante documento nacional.

A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma das metas do Plano Nacional de Educação e corresponde à Meta nº 7, Estratégia 7.1, contida na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014).

Conforme define o Ministério da Educação (2016), a finalidade da BNCC é orientar os sistemas na elaboração de suas propostas curriculares e tem como fundamento o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, em conformidade com o que preceituam o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE).

A BNCC é percebida como um instrumento necessário para se definir o que é essencial ao ensino de todos os alunos em cada uma das etapas da vida escolar.

Adotar uma Base Nacional Comum traz transparência aos critérios de qualidade e expectativas de aprendizagem, também é considerada, por vários especialistas a espinha dorsal do sistema, a partir da qual vários outros aspectos fundamentais se organizam (Fundação Lemann, 2016).

Conforme se verifica em Brasil (2016) a construção da BNCC foi pensada em seis etapas processuais, a saber:

- Lançamento do Portal da BNCC, em 30 de julho de 2015;
- Apresentação da versão preliminar da BNCC e início da consulta pública, em 16 de setembro de 2015;
- Conclusão da Consulta Pública, em 15 de março de 2015;
- Apresentação da segunda versão da BNCC, em abril de 2016;
- Realização dos seminários estaduais, em maio de 2016; e,
- Apresentação da versão final da BNCC, em junho de 2016.

Ressalte-se que em função da agitação política vivida no país no primeiro semestre de 2016, o calendário precisou ser alterado.

Como se dava o processo de contribuição à consulta pública? Como o cidadão, as escolas e as organizações podiam contribuir com o processo? Em seguida será apresentado o processo de contribuição.

A CONSULTA PÚBLICA E O PROCESSO DE CONTRIBUIÇÃO À BNCC

A consulta pública permitia, inicialmente, três tipos de usuários contribuindo: indivíduos, organizações e escolas. Quando alguém se cadastrava como “indivíduo” ele ainda se identificava como “pai de aluno” ou “professor”.

Com relação aos documentos a serem avaliados, existiam cinco tipos que receberam contribuições: “Dê sua contribuição para a BNCC”, “Textos introdutórios”, “Documentos”, “Objetivos de Aprendizagem” e “Novos Objetivos”. A partir da escolha do tipo de documento que o usuário pretendia contribuir, tinha-se uma dinâmica ou sequência própria para contribuição.

Quando o usuário pretendia contribuir com o documento denominado de “Objetivos de Aprendizagem”, por exemplo, o indivíduo deveria escolher uma das quatro áreas (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens ou Matemáticas) ou Educação Infantil para iniciar.

O usuário deveria opinar, dentro de uma escala Likert, se “Concordo Fortemente”, “Concordo”, “Sem Opinião”, “Discordo” ou se “Discordo Fortemente” com relação à linguagem do texto, se a mesma era clara permitindo que a mesma fosse compreendida pelos participantes da discussão pública.

Em seguida, o usuário deveria, de forma muito semelhante, dentro de uma escala Likert, julgar se o Objetivo de Aprendizagem era relevante e pertinente para aquela etapa da educação básica.

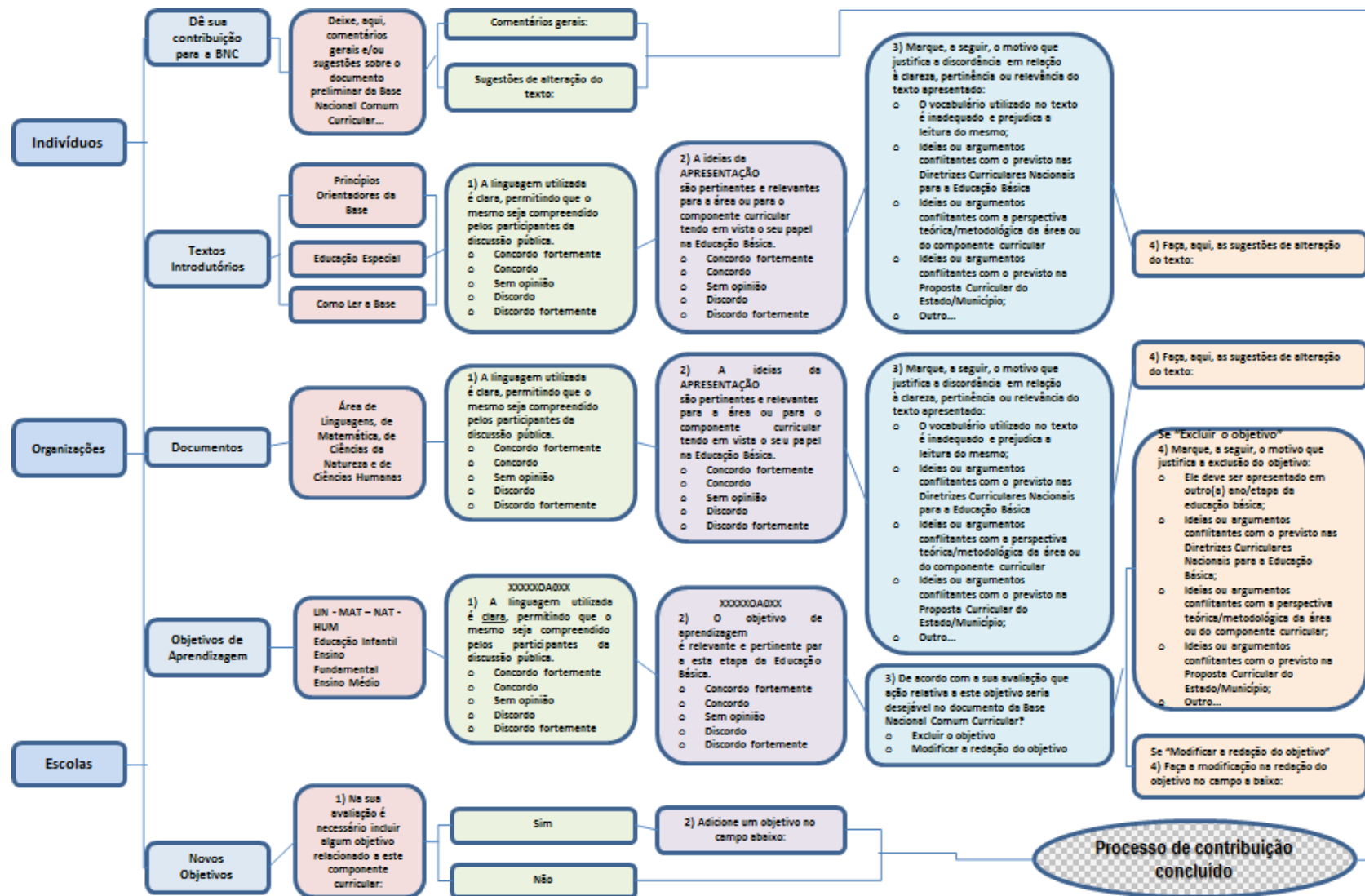
Caso o usuário entendesse que “Discordava” ou “Discordava Fortemente” com relação à clareza ou em relação à relevância e pertinência, ou de ambos, o usuário deveria indicar se se deveria “Excluir o Objetivo” ou “Modificar a Redação do Objetivo”.

O usuário finalizava a sua contribuição em relação aquele Objetivo de Aprendizagem apontando as razões para a exclusão daquele objetivo ou propondo uma adequada modificação a redação daquele objetivo.

Da forma semelhante acontecia com os outros tipos de contribuição.

A FIGURA 1 apresenta o organograma da dinâmica de contribuição à BNCC. Nela se observa que cada documento tinha uma dinâmica diferente para contribuição. Ao final de cada contribuição a BNCC apresentava a mensagem “Processo de contribuição concluído”. Somente após o aparecimento desta mensagem é que a contribuição era aceita e contabilizada.

FIGURA 1 – Organograma da dinâmica de contribuição a BNCC



METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

O processo de análise se deu da forma mais simples possível. Com a finalidade de se apresentar os resultados de contribuição dos usuários, compôs-se um conjunto de tabelas e gráficos apresentando as estatísticas mais apropriadas para tal diagnóstico, como totalizações, médias e frequências.

Com o intuito de se verificar tendências de maior ou menor aceitação por tipos de usuários participantes - indivíduos, organizações e escolas - aos Objetivos de Aprendizagem, propôs-se um coeficiente de concordância.

O Coeficiente de concordância é determinado por:

$$cc^k = \frac{\sum_{i=1}^n OA_i^k}{n} \quad -2 \leq cc^k \leq 2.$$

onde, cc^k é o Coeficiente de Concordância de um dos 1714 Objetivos de Aprendizagem;

OA_i^k são os julgamentos do k Objetivo de Aprendizagem (k varia de um a 1.714) da seguinte maneira:

- Concordo Fortemente = 2;
- Concordo = 1;
- Sem Opinião = zero;
- Discordo = -1; e,
- Discordo Fortemente = -2.

O coeficiente de concordância consiste em quantificar cada julgamento. Assim, este coeficiente proposto pretende ser um julgamento médio de cada um dos k Objetivo de Aprendizagem.

RESULTADOS

A BNCC é, provavelmente, o maior documento a receber sugestões e contribuições da sociedade brasileira durante a sua elaboração. A consulta pública esteve aberta para a contribuição desde o dia 15 de setembro de 2015, até o dia 15 de março de 2016.

O processo de contribuição se iniciou a partir do cadastro do usuário que o habilitava a iniciar suas contribuições. A TABELA 1, na página a seguir, apresenta o número de cadastros, usuários ativos e usuários que contribuíram por tipos de usuários à BNCC, até 15 de março de 2016.

Neste período a BNCC recebeu mais de 12 milhões de contribuições de mais de 100 mil usuários, além disso, mais de 250 mil indivíduos se cadastraram para contribuir, 44 mil escolas e quatro mil organizações.

É importante ressaltar que a diferença entre usuários ativos e usuários que contribuíram se dava pelo fato de que os usuários ativos eram aqueles que se inscreveram no site e ativaram o código recebido pelo correio eletrônico, enquanto que os que contribuíram eram aqueles que gravaram alguma contribuição à base.

Conforme se verifica na TABELA 1, o tipo de cadastro mais comum foi o individual, representando mais de 80% dos tipos cadastrados. Da

TABELA 1 – Número de usuários cadastrados, usuários ativos e usuários que contribuíram por tipos de usuários à BNCC

TIPOS DE USUÁRIOS	NÚMERO DE USUÁRIOS CADASTRADOS	NÚMERO DE USUÁRIOS ATIVOS	NÚMERO DE USUÁRIOS QUE CONTRIBUÍRAM
Individual	253.222	181.458	80.082
Organização	4.250	3.256	1.581
Estado	144	143	-
Escola	44.742	36.739	23.134
Regional	214	184	10
Administrador	11	11	1
Município	26	25	3
Edição Notícia	2	2	-
Publicação Notícia	1	1	-
TOTAIS	302.612	221.819	104.811

FONTE: Banco de dados da BNCC.

mesma forma o tipo de usuário individual representa a maior parte de usuários ativos e usuários que contribuíram.

E como os usuários Contribuíram com cada um desses documentos? Quais foram os tipos de usuários que contribuíram mais e quais documentos receberam as maiores contribuições? Com relação aos tipos de contribuições feitas à BNCC, a TABELA 2 apresenta o número de contribuições feitas à BNCC por tipos de documentos.

TABELA 2 – Número de contribuições feitas à BNCC por tipos de documentos

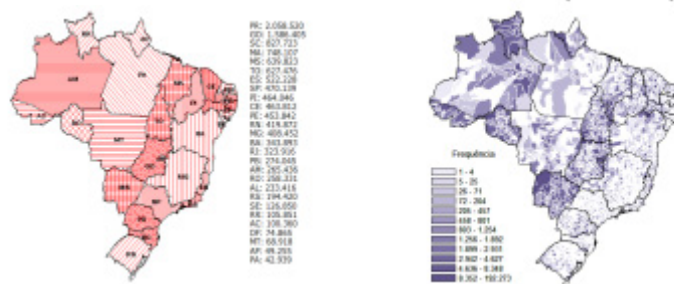
TIPOS DE USUÁRIOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	NOVOS OBJETIVOS	TEXTOS INTRODUTÓRIOS	DOCUMENTOS	TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES
Individual	4.482.821	8.862	2.776	124.935	4.619.394
Organização	327.833	1.778	186	6.210	336.007
Escola	7.062.892	16.498	1.792	113.487	7.194.669
Regional	2.601	6	1	23	2.631
Administrador	-	-	-	1	1
Município	232	3	-	3	238
TOTAIS	11.876.379	27.147	4.755	244.659	12.152.940

FONTE: Banco de dados da BNCC.

O maior número de contribuições foi feito aos Objetivos de Aprendizagem, onde se contabilizam quase doze milhões de contribuições ou quase 98% das contribuições. Neste caso, observa-se uma maior participação de contribuições das escolas que também contribuíram de forma mais efetiva com os novos objetivos. No total foram mais de doze milhões de contribuições aos documentos.

Outra informação importante é saber como essas contribuições têm sido distribuídas geograficamente pelo país, uma vez que é importante entender quais estados e municípios têm contribuído de maneira mais incisiva com a BNCC. A FIGURA 2 apresenta o mapa do Brasil destacando o número de contribuições por Estados, municípios e o Distrito Federal.

FIGURA 2 - Mapa do Brasil destacando o número de contribuições por Estados, municípios e o Distrito Federal



A) Distribuição por Estados e o Distrito Federal

B) Distribuição por municípios

FONTE: Banco de dados da BNCC.

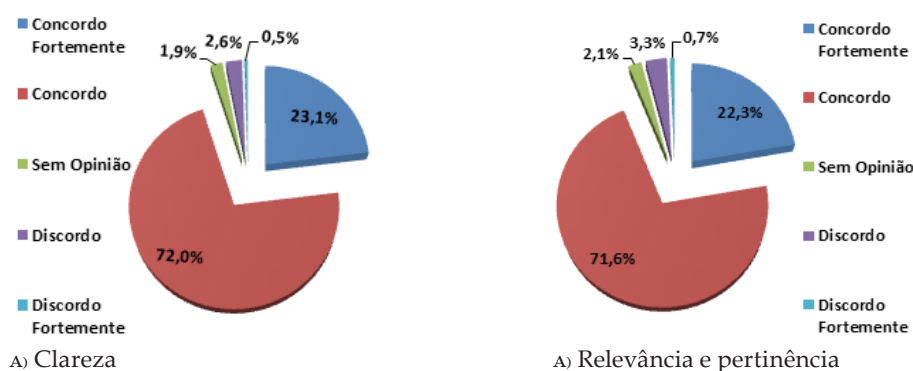
Verifica-se que os Estados do Paraná (PR), Goiás (GO) e Santa Catarina (SC) foram aqueles que fizeram os maiores números de contribuição, enquanto que o Mato Grosso (MT), o Amapá (AP) e o Pará (PA) foram aqueles que tiveram os menores números de contribuições à BNCC.

Observando a distribuição por municípios, verifica-se que há uma espécie de “cinturão de contribuintes” que compreende os estados do Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e Tocantins (TO), além do Distrito Federal (DF). As áreas mais escuras na região norte se dão, sobretudo, em função das extensas áreas municipais de cidades engajadas no Amazonas (AM) e em Roraima (RR).

Observando novamente a FIGURA 1, verifica-se que os documentos denominados de “Textos Introdutórios”, “Documentos” e “Objetivos de Aprendizagem”, podiam ser avaliados com relação a sua clareza e, em seguida, com relação a sua relevância e pertinência. Conhecer como os usuários, em sua totalidade, avaliaram os três documentos contidos nos “Textos Introdutórios”, os 54 documentos contidos em “documentos” e os 1714 documentos denominados de “Objetivos de Aprendizagem” é de alguma maneira saber como as pessoas recepcionaram a proposta apresentada na consulta pública.

A FIGURA 3 mostra os percentuais de concordâncias e discordâncias na avaliação dos usuários da BNCC com relação aos referidos 1.771 documentos.

FIGURA 3 – Avaliação Geral dos usuários com relação à Clareza e a Pertinência dos documentos da BNCC



A) Clareza

B) Relevância e pertinência

FONTE: Banco de dados da BNCC.

Esta figura representa a melhor síntese do que foi a resposta da população brasileira a consulta pública sobre a BNCC. O que se observa é uma ampla concordância com as assertivas contidas nesses 1.771 documentos. O percentual de concordância (“Concordo Fortemente” + “Concordo”) supera os 95% com relação à clareza do documento e se aproxima dos 94% com relação à Relevância e Pertinência.

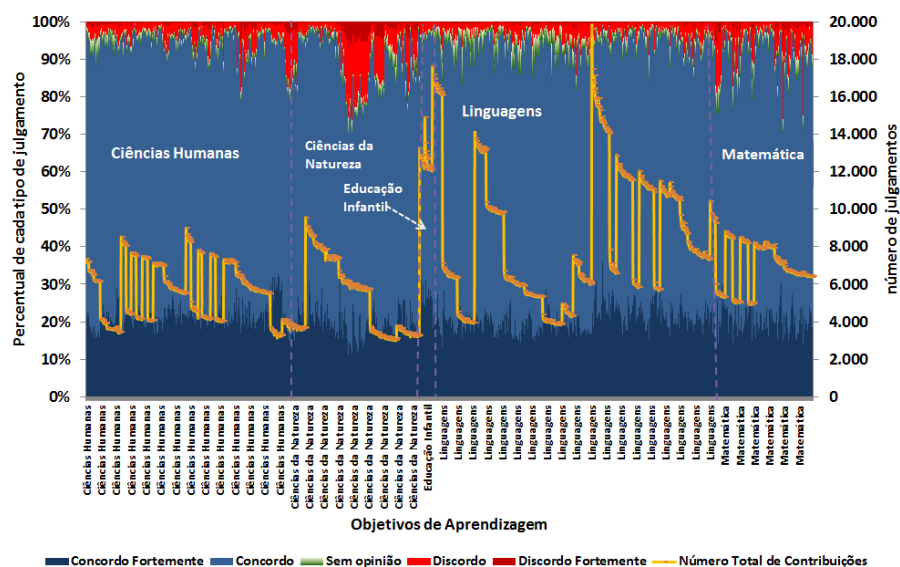
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Os Objetivos de Aprendizagem representa o corpo principal da BNCC. Certamente é a parte que mais se detalhada, que vai mais a fundo a respeito dos conteúdos determinados. Não à toa, foi aquele dentre os cinco documentos que compõe a BNCC o que recebeu maciça contribuição dos usuários.

O que se observa de maneira mais geral, é que houve uma enorme adesão da sociedade brasileira as proposições contidas na primeira versão da BNCC, sobretudo nos Objetivos de Aprendizagem.

A FIGURA 4 apresenta o percentual de cada tipo e o número de julgamento cada um dos 1714 Objetivos de Aprendizagem.

FIGURA 4 – Percentual de cada tipo e número de julgamento de cada um dos Objetivos de Aprendizagem



FONTE: Banco de dados da BNCC.

A FIGURA 4 está organizada de tal forma que se separou as quatro áreas da BNCC e a Educação Infantil. A linha amarela apresenta o número total de julgamentos/contribuições à BNCC.

Toda a área azul (escura e clara) da Figura 4 representa a enorme concordância com relação aos Objetivos de Aprendizagem propostos na primeira versão da BNCC. Algumas das proposições chegaram a receber 99,3% de concordância (Concordo Fortemente + Concordo) contra 0,3% de discordância (Discordo Fortemente + Discordo).

A área verde da FIGURA 4 representa os julgamentos “Sem Opinião”, enquanto que as áreas vermelhas (escura e clara) da FIGURA 4 representam as discordâncias.

Os resultados trazem grande perplexidade. O padrão de concordância é enorme e certamente inimaginável. Os maiores níveis de discordância ficam em torno de 26%.

Mas o que realmente chama a atenção são as concordâncias. A TABELA 3 apresenta o grupo dos dez Objetivos de Aprendizagem que receberam o maior percentual de concordância.

TABELA 3 – Grupo dos dez Objetivos de Aprendizagem que receberam o maior percentual de concordância

OA	DESCRIÇÃO	CONCORDÂNCIA	DISCORDÂNCIA
LILP2FOA026	Compreender o funcionamento do sistema de escrita alfabética.	99,3%	0,3%
CHGE5FOA001	Conhecer elementos geográficos da região e/ou unidade da federação onde se situa.	99,3%	0,3%
CHGE2FOA009	Respeitar e promover regras de convívio social e ambiental, exercitando cuidados com o outro, com os espaços coletivos e os patrimônios culturais.	99,2%	0,5%
CHGE4FOA003	Identificar, valorizar e respeitar tipos de trabalho e de trabalhadores em relação à produção econômica e à história, nos seus lugares de vivências.	99,2%	0,4%
MTMT4FOA016	Relacionar adição e subtração, multiplicação e divisão, como operações inversas.	99,2%	0,4%
MTMT3FOA008	Reconhecer e comparar valores de moedas e cédulas e estabelecer equivalências de um mesmo valor, utilizando diferentes cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro.	99,2%	0,4%
MTMT5FOA013	Compor e decompor números de diferentes maneiras.	99,2%	0,4%
CHGE3FOA010	Reconhecer e valorizar diversidades, acolhendo diferenças e semelhanças entre pessoas e grupos socioculturais, nos seus lugares de vivências.	99,1%	0,4%
CNCN3FOA003	Compreender o ciclo da água na natureza e sua importância para a vida na Terra.	99,1%	0,6%
CHGE2FOA010	Compreender questões ambientais, identificando ações humanas para preservação e conservação da natureza.	99,1%	0,6%

FONTE: Banco de dados da BNCC.

Conforme se verifica na TABELA 3, o Objetivo de Aprendizagem que recebeu maior concordância foi proposto para a Língua Portuguesa a ser trabalhado no segundo ano do Ensino Fundamental e prevê que o aluno deva “Compreender o funcionamento do sistema de escrita alfabética”.

A segunda maior concordância foi proposta para as Ciências Humanas no quinto ano do Ensino Fundamental e prevê que “Conhecer elementos geográficos da região e/ou unidade da federação onde se situa”.

Dentre as dez maiores concordâncias, verifica-se que apenas uma é da área de Linguagens, cinco delas são de Ciências Humanas, três são de Matemática e apenas uma de Ciências da Natureza.

Por outro lado, os Objetivos de Aprendizagem que receberam as maiores discordâncias vêm, sobretudo, das Ciências da Natureza e da Matemática. A TABELA 4 apresenta o grupo dos dez Objetivos de Aprendizagem que receberam o maior percentual de discordância.

TABELA 4 – Grupo dos dez Objetivos de Aprendizagem que receberam o maior percentual de discordância

OA	DESCRIÇÃO	CONCORDÂNCIA	DISCORDÂNCIA
CNCN7FOA011	Elaborar esquemas que representem espelhos, lentes e raios de luz.	69,5%	26,3%
CNCN7FOA010	Planejar e construir instrumentos ópticos, como periscópio e câmara escura.	67,9%	26,2%
MTMT6FOA021	Resolver e elaborar problemas, envolvendo equações do 1º grau do tipo $ax + b = c$, no conjunto dos números naturais, por meio de tentativa ou pelo princípio da igualdade.	70,4%	26,0%
CNCN7FOA008	Compreender fenômenos de reflexão, de refração e de absorção da luz e sua relação com a visão, considerando também sua interação com as camadas internas do olho humano e de outros mamíferos.	71,6%	25,7%
CNCN7FOA003	Compreender fenômenos de reflexão, de refração e de absorção da luz e sua relação com a visão, considerando também sua interação com as camadas internas do olho humano e de outros mamíferos.	68,6%	25,5%
MTMT8FOA021	Resolver e elaborar problemas que envolvam equações do 2º grau do tipo $ax^2 = c$ e $(x \pm b)^2 = c$.	71,2%	25,1%
CNCN7FOA009	Compreender fenômenos de reflexão, de refração e de absorção da luz e sua relação com a visão, considerando também sua interação com as camadas internas do olho humano e de outros mamíferos.	73,0%	24,3%

CNCN7FOA001	Compreender fenômenos de reflexão, de refração e de absorção da luz e sua relação com a visão, considerando também sua interação com as camadas internas do olho humano e de outros mamíferos.	74,2%	23,9%
CNCN8FOA001	Caracterizar uma substância por meio das propriedades físicas: densidade, ponto de ebulição, ponto de fusão e solubilidade.	75,4%	22,9%
CNCN8FOA005	Caracterizar uma substância por meio das propriedades físicas: densidade, ponto de ebulição, ponto de fusão e solubilidade.	74,4%	22,9%

FONTE: Banco de dados da BNCC.

Conforme se verifica na TABELA 4, o Objetivo de Aprendizagem que recebeu maior discordância foi proposto para as Ciências da Natureza a ser trabalhado no sétimo ano do Ensino Fundamental e prevê que o aluno deve “Elaborar esquemas que representem espelhos, lentes e raios de luz”.

A segunda maior discordância foi proposta para as Ciências da Natureza a ser trabalhado no sétimo ano do Ensino Fundamental e prevê que o aluno deva “Planejar e construir instrumentos ópticos, como periscópio e câmara escura”.

Dentre as dez maiores discordâncias, verifica-se que oito são das Ciências da Natureza e dois de Matemática.

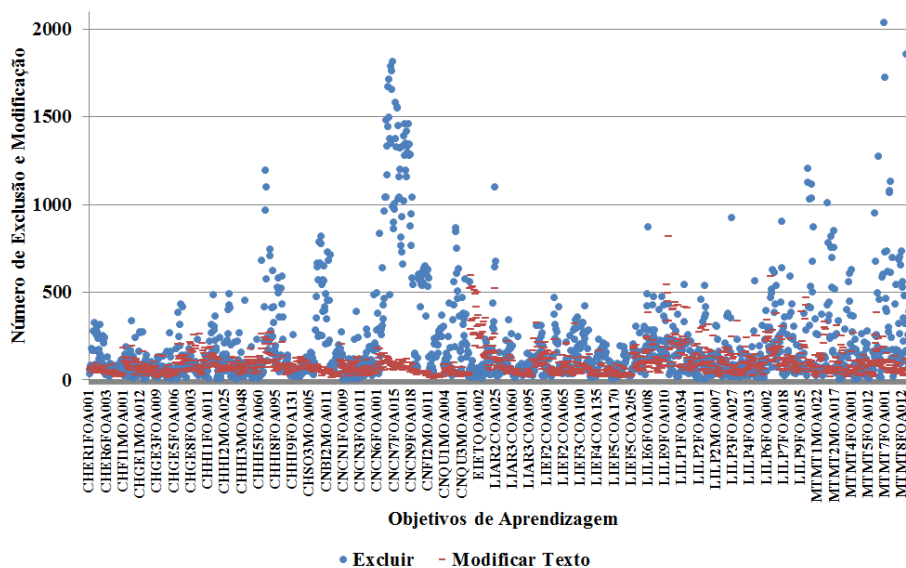
A impressão que causa quando se observa as maiores discordâncias é que os proponentes intencionavam alavancar os conteúdos de ciências e matemática mas o participante da consulta pública apresentou um comportamento conservador em relação a proposta, possivelmente em função das dificuldades encontradas pela maioria das escolas brasileiras.

Observando novamente a FIGURA 1, verifica-se que quando o usuário julgava um dos 1.714 Objetivos de Aprendizagem e marcava que discordava da clareza e/ou da relevância e pertinência daquele objetivo, ele deveria apontar se aquele OA deveria ser excluído ou modificado o texto. A FIGURA 5, na próxima página, apresenta o percentual de cada tipo e número de julgamento de cada um dos Objetivos de Aprendizagem.

Conforme se verifica na FIGURA 5, o Objetivo de Aprendizagem que recebeu maior votação para ser excluído foi o MTMT6FOA021 (sexto ano do Ensino Fundamental) que faz referência a “Resolver e elaborar problemas que envolvam equações do 2º grau do tipo $ax^2 = c$ e $(x \pm b)^2 = c$ ”.

Da mesma maneira, o que recebeu maior proposição para modificação de texto foi o Objetivo de Aprendizagem LILP1FOA006 (Língua Portuguesa, primeiro ano do Ensino Fundamental) que faz referência

FIGURA 5 – Número de proposições de Exclusão e Modificação de Texto de cada um dos Objetivos de Aprendizagem



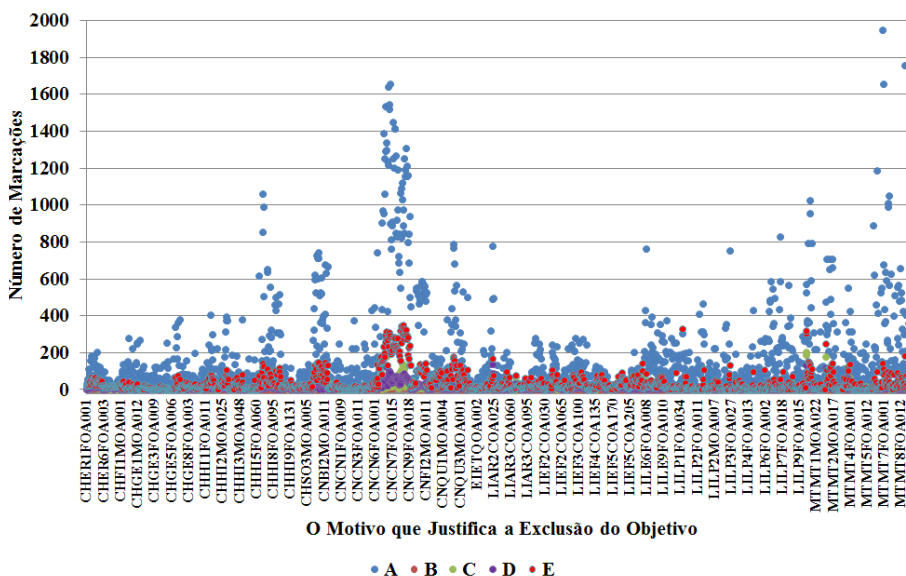
FONTE: Banco de dados da BNCC.

a “Ler e apreciar textos literários tradicionais, da cultura popular, afro-brasileira, africana, indígena e de outros povos”.

Na continuidade dos julgamentos/contribuições à BNCC, uma vez que o participante entendia que um referido Objetivo de Aprendizagem deveria ser excluído, deveria apontar o motivo que justificaria tal coisa.

A FIGURA 6 apresenta o número de Marcações do Motivo que Justifica a Exclusão do Objetivo de Aprendizagem.

FIGURA 6 – Número de Marcações do Motivo que Justifica a Exclusão do Objetivo de Aprendizagem



FONTE: Banco de dados da BNCC.

Havia cinco justificativas que por razões pedagógicas foram sintetizadas na Figura 6 pelas letras "A", "B", "C", "D" e "E". As cinco justificativas eram:

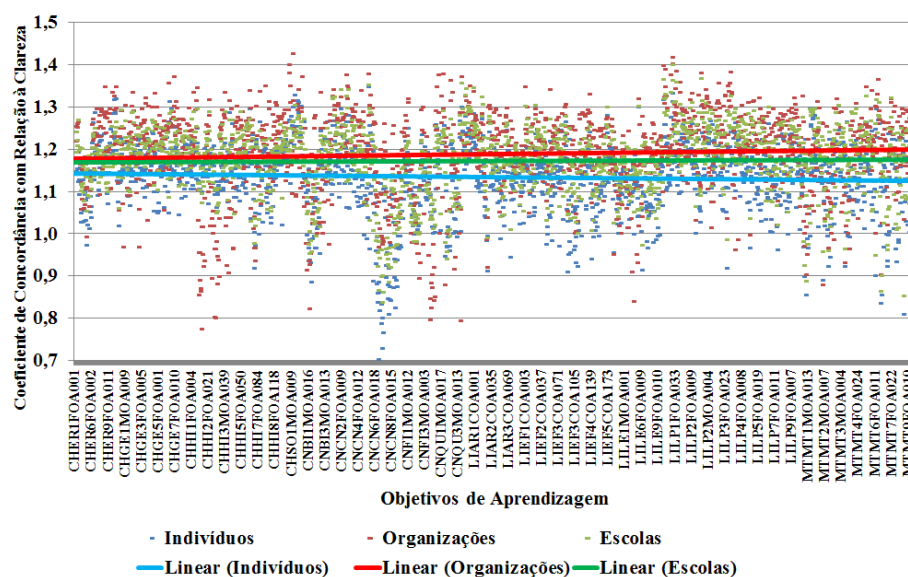
- Vocabulário utilizado no texto é inadequado e prejudica a leitura do mesmo;
- Ideias ou argumentos conflitantes com o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;
- Ideias ou argumentos conflitantes com a perspectiva teórico-metodológica da área ou do componente curricular;
- Ideias ou argumentos conflitantes com o previsto na Proposta Curricular do Estado/Município; e,
- Outros.

Conforme se verifica na FIGURA 6, a grande maioria dos contribuintes à BNCC que entendiam que um dado Objetivo de Aprendizagem deveria ser excluído, o motivo era que o "Vocabulário utilizado no texto é inadequado e prejudica a leitura do mesmo".

Sabe-se que durante o período de contribuição à consulta pública da BNCC, os usuários que se cadastraram para tal, o fizeram como "Indivíduos", "Organizações" e "Escolas". É importante se ter uma dimensão de como esses três tipos de usuários se comportou em relação aos seus julgamentos aos Objetivos de Aprendizagem.

A FIGURA 7 apresenta os Coeficientes de Concordância e Linhas de Tendências com relação à clareza dos Objetivos de Aprendizagem por tipos de usuários, conforme apresentado anteriormente neste trabalho. O objetivo da referida figura é o de se ter uma medida comparativa entre os padrões de maior e menor concordância dos diversos Objetivos de Aprendizagem propostos na primeira versão da BNCC, entre os diversos tipos de usuários.

FIGURA 7 - Coeficientes de Concordância e Linhas de Tendências com Relação à Clareza dos Objetivos de Aprendizagem, por tipos de Usuários

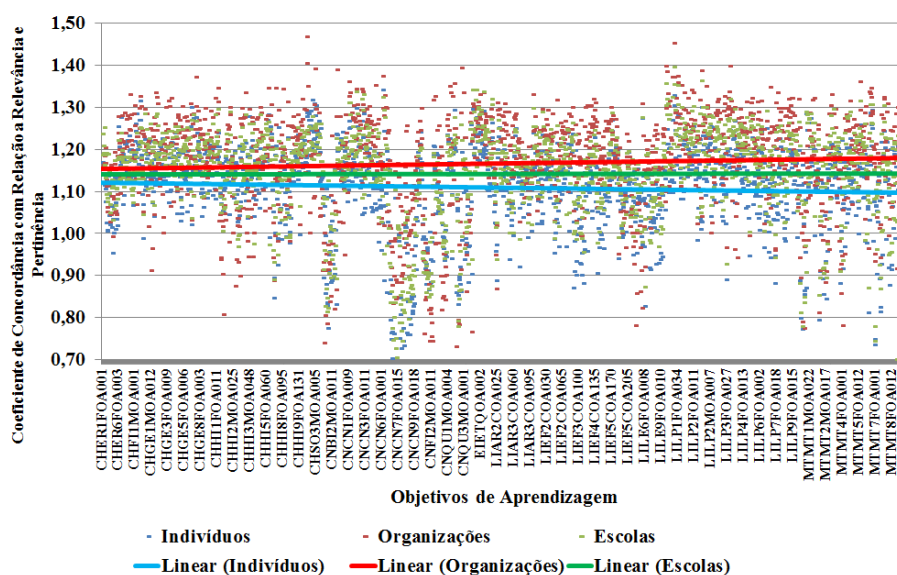


FONTE: Banco de dados da BNCC.

Conforme se verifica as Organizações apresentam um (ligeiro) padrão maior de concordância com os Objetivos propostos, seguidas pelas Escolas e Indivíduos.

Esse mesmo padrão se repete na FIGURA 8 que, de forma semelhante a Figura anterior, apresenta os Coeficientes de Concordância e Linhas de Tendências com relação à Relevância e Pertinência dos Objetivos de Aprendizagem por tipos de usuários.

FIGURA 8 - Coeficientes de Concordância e Linhas de Tendências com Relação à Relevância e Pertinência dos Objetivos de Aprendizagem, por tipos de Usuários



FONTE: BANCO de dados da BNCC.

Observe que neste segundo critério a distância média dos Coeficientes de Concordância entre Organizações Escolas e Indivíduos aumenta um pouco, mas nada muito expressivo.

As FIGURAS 7 e 8 mostram evidências de que os indivíduos (pais de alunos, professores e cidadãos comuns) apresentaram um pouco mais de rejeição a proposição inicial da BNCC, comparativamente aos outros tipos de usuários.

Entretanto, não se pode perder de vista que a aceitação e concordância foram enormes e, mesmo quando se propõe um coeficiente para se obter uma medida mais sensível de discriminação entre usuários, verifica-se que não significativas diferenças entre eles. Ou seja, Organizações, Escolas e Indivíduos apresentaram uma enorme concordância com a proposição inicial.

NOVOS OBJETIVOS

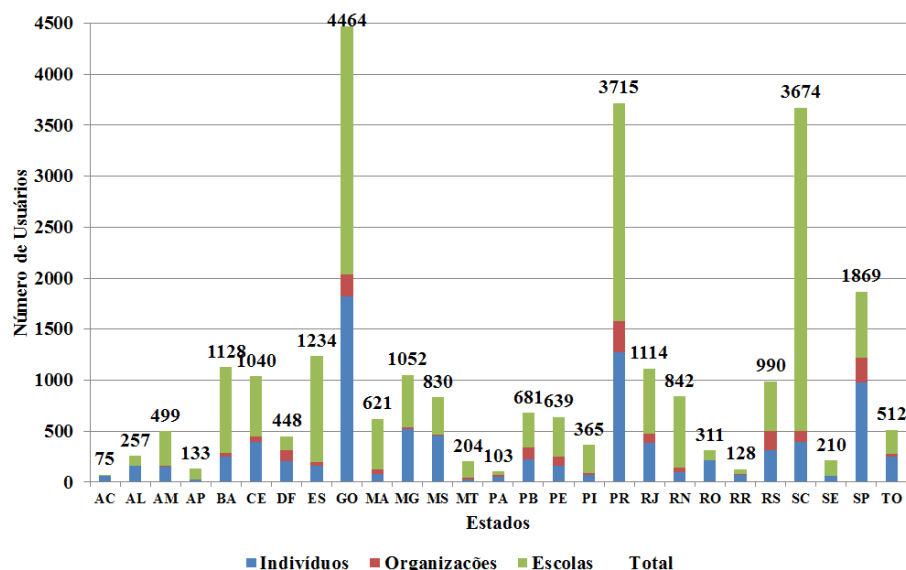
Os chamados “Novos Objetivos” era um espaço para que os contribuintes na construção da BNCC pudessem propor novos componentes aos Objetivos de Aprendizagem.

Conforme se verifica na FIGURA 1, o processo de proposição de novos objetivos era muito simples. Caso o usuário quisesse contribuir

após entrar no espaço próprio pra isso, era perguntado se “você acha que se deve incluir um novo objetivo?” Caso se afirmasse “sim”, era aberto o espaço para a sua inclusão.

A FIGURA 9 apresenta o número de usuários que contribuíram com novos por Estados e tipos de usuários.

FIGURA 9 – Número de Usuários que contribuíram com Novos Objetivos por Estados e Tipos de Usuários



FONTE: Banco de dados da BNCC.

Conforme se verifica o Estado que teve maior participação foi o Estado de Goiás com 4.464 usuários contribuintes, seguido do Paraná e de Santa Catarina com 3.715 e 3.674, respectivamente.

Por outro lado, as menores participações foram dos Estados do Acre, Pará e Roraima com 75, 103 e 128, respectivamente.

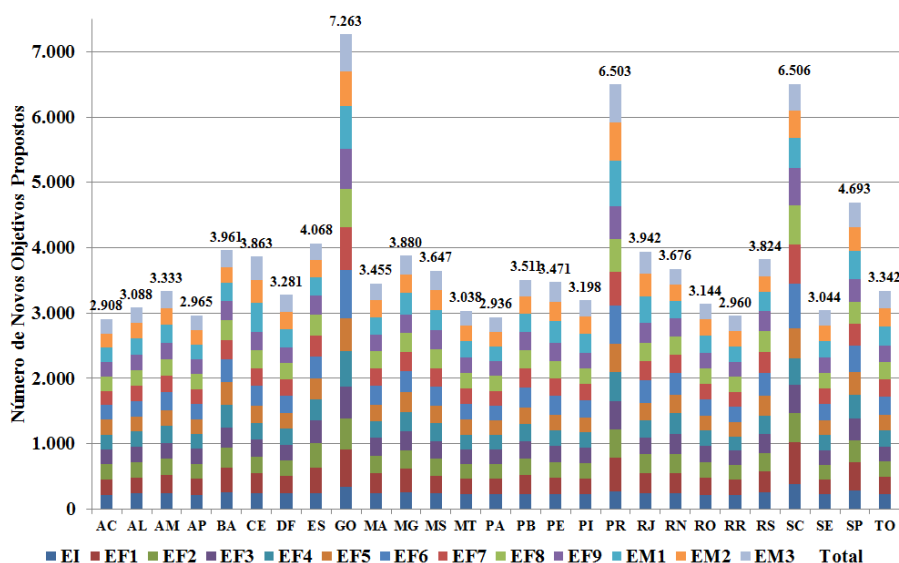
Com relação aos tipos de usuários – Indivíduos, Organizações e Escolas – verifica-se que houve uma grande heterogeneidade entre os Estados. O Estado de Santa Catarina, por exemplo, foi o Estado que teve a maior participação das Escolas na proposição de Novos Objetivos. Neste Estado 86% das proposições foram feitas por Escolas. Em seguida, veem-se os Estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte com 84% e 83%, respectivamente.

Por outro lado, os Estados (UF) que tiveram a menor participação foram o Acre, o Distrito Federal e Rondônia com 12%, 29% e 31%, respectivamente.

Com relação ao número de proposições aos Novos Objetivos por Etapa/Ano, verifica-se sempre uma maior participação naqueles anos que se inauguram novas etapas da escolarização. Assim, as maiores contribuições são verificadas no primeiro e sexto ano do Ensino Fundamental e no primeiro ano do Ensino Médio.

A FIGURA 10 apresenta o número de proposições de Novos Objetivos por Etapas/Ano.

FIGURA 10 – Número de Proposições de Novos Objetivos por Estados e Etapas/Ano



FONTE: Banco de dados da BNCC.

A FIGURA 10 apresenta o número de proposições de Novos Objetivos por Estados e Etapas/Ano. Novamente os Estados de Goiás, Paraná e Santa Catarina se destacam com grande participação. O resultado dessa enorme participação foi a inclusão de 226 novos objetivos na segunda versão da BNCC que está em curso. Ressalte-se que esse valor é um saldo líquido, tendo em vista que outros Objetivos de Aprendizagem foram incorporados.

CONCLUSÕES

A consulta pública da BNCC revelou o que talvez ninguém imaginasse: uma impressionante participação social. Ressalte-se que houve intensa participação dos estados. Os Estados do Paraná, Goiás e Santa Catarina foram aqueles que fizeram os maiores números de contribuição, sendo que os dois primeiros tiveram mais de um milhão de contribuições.

Com relação aos municípios, a participação também veio de todo o Brasil. Os números mostram uma intensa participação em todas as regiões do Brasil. Muitos desses municípios participaram com mais de duas centenas de milhares de contribuições.

Chama atenção também à intensa concordância com as proposições apresentadas na primeira versão da BNCC construídas por especialistas de todo o país. Os percentuais médios de concordâncias aos documentos giram em torno dos 95% de concordância, tanto para os Textos Introdutórios quanto para os Documentos de Área.

Caso a participação fosse diminuta, poder-se-ia imaginar que tal expressão de concordância com as premissas apresentadas, poderia significar a mobilização de restritos segmentos da sociedade.

Entretanto, os números revelam que mais de 250 mil pessoas, 4,2 mil organizações e 44,7 mil escolas se cadastraram para contribuir com a BNCC. Tal concordância com a primeira versão da BNCC parece representar uma sintonia fina entre as bases do pensamento estabelecidas pelos especialistas e as expectativas sociais.

Evidentemente que a BNCC, com a importância que tem para a educação dos jovens brasileiros, não poderia deixar de ser um documento muito debatido, com calorosas discussões entre especialistas da educação.

Contudo, o Brasil está prestes a possuir um documento importante que poderá contribuir com a redução das desigualdades educacionais e melhor nortear os currículos escolares nas diversas regiões brasileiras.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Constituição da República Federal do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 25 jun. 2016.
- Brasil. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/smed/wp-content/uploads/2013/04/ldb_7ed.pdf. Acesso em 25 jun. 2016.
- Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 25 jun. 2016.
- Brasil. Portal da Base Nacional Curricular Comum. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em 25 jun. 2016.
- Fundação Lemann. Movimento pela Base Nacional Comum. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/movimento-pela-base-nacional-comum/>. Acesso em 25 jun. 2016.
- Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum Curricular: Proposta Preliminar – Segunda Versão Revista, Abril de 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em 25 jun. 2016.